



# Sumário



<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 O Processo Penal Brasileiro</b> .....	5
1.1 O Código de Processo Penal.....	5
1.2 A Constituição da República de 1988 e o Processo Constitucional.....	7
1.3 O sistema acusatório.....	8
1.4 Sistemas processuais incidentes: o modelo brasileiro.....	12
<b>2 Leis e Processo Penal no Tempo e no Espaço</b> .....	15
2.1 Tratados e convenções internacionais.....	15
2.2 A jurisdição dos tribunais penais internacionais.....	16
2.3 Leis processuais no espaço e no tempo.....	19
<b>3 Sistema dos Direitos e Princípios Fundamentais</b> .....	27
3.1 Estado Democrático de Direito e postulados de interpretação.....	27
3.2 Garantismo e intervenção penal.....	28
3.3 A base ou estrutura principiológica.....	30
3.3.1 O justo processo: devido processo legal.....	31
3.3.1.1 Juiz natural.....	31
3.3.1.2 Direito ao silêncio e não autoincriminação.....	34
3.3.1.3 Contraditório.....	36
3.3.1.4 Ampla defesa.....	37
3.3.1.5 Estado ou situação jurídica de inocência.....	39
3.3.1.6 Vedação de revisão <i>pro societate</i> .....	41
3.3.1.7 Inadmissibilidade das provas obtidas ilicitamente.....	43

<b>4</b>	<b>A Fase Pré-Processual: a Investigação Criminal</b> .....	45
4.1	Inquérito policial .....	48
4.1.1	Procedimento .....	54
4.1.2	Poder de polícia e representação ao juiz: capacidade postulatória? .....	58
4.1.3	Arquivamento.....	59
4.1.3.1	Arquivamento indireto .....	64
4.1.3.2	Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público.....	65
4.1.4	Inquérito policial e extinção da punibilidade.....	67
4.2	Investigações administrativas .....	72
4.3	Lei de Abuso de Autoridade.....	80
<b>5</b>	<b>Da Ação Penal</b> .....	83
5.1	A estrutura dialética do processo: potencialização da ampla defesa .....	83
5.2	Ação e processo.....	86
5.2.1	Pretensão e lide.....	87
5.3	Condições da ação.....	89
5.3.1	Interesse de agir.....	89
5.3.2	Legitimidade .....	91
5.3.3	Possibilidade jurídica do pedido .....	92
5.3.4	Condições de procedibilidade .....	93
5.3.5	A justa causa .....	96
5.4	Pressupostos processuais .....	98
5.4.1	Pressuposto de existência.....	99
5.4.2	Requisitos de validade .....	100
5.5	Ação penal pública incondicionada .....	102
5.5.1	Ação (penal) popular e crime de responsabilidade .....	102
5.5.2	Ação penal pública incondicionada: princípio fundamental: a obrigatoriedade.....	104
5.5.2.1	Acordo de não persecução penal.....	106
5.5.3	Indisponibilidade e outras regras processuais.....	111
5.5.4	Critério de definição da legitimação ativa .....	112
5.5.5	Discricionariedade regrada.....	112
5.6	Ação penal pública condicionada.....	114
5.6.1	Prazo decadencial da representação .....	117
5.6.2	Capacidade ou legitimação para representar.....	117
5.6.3	Retratação.....	118
5.6.4	Legitimação concorrente ou alternativa? .....	119
5.7	Ação penal privada .....	120
5.7.1	Legitimação ativa .....	122
5.7.2	Disponibilidade .....	124
5.7.2.1	Renúncia.....	124
5.7.2.2	Perempção e desistência.....	127
5.7.2.3	Perdão .....	127
5.7.3	Indivisibilidade.....	129
5.7.4	Decadência.....	132

5.7.5	Crimes contra a dignidade sexual.....	133
5.8	Ação privada personalíssima .....	134
5.9	Ação privada subsidiária da pública .....	135
5.10	Denúncia e queixa .....	138
5.10.1	Crimes coletivos e individualização da conduta.....	138
5.10.2	Acusação genérica e acusação geral.....	139
5.10.3	Aditamento .....	140
5.10.4	Litisconsórcio.....	142
5.10.5	Prazo .....	142
5.10.6	Capitulação .....	143
5.10.7	Rejeição .....	144
5.10.8	Omissões .....	146
5.11	Extinção da punibilidade.....	146
<b>6</b>	<b>Ação Civil <i>Ex Delicto</i></b> .....	<b>149</b>
6.1	Generalidades.....	149
6.2	Prejudicialidade .....	151
6.3	Objeto.....	152
6.4	Legitimação .....	153
6.5	Subordinação temática e eficácia preclusiva .....	153
6.5.1	Nas decisões condenatórias .....	153
6.5.2	Nas decisões absolutórias.....	154
6.5.3	A negativa de autoria .....	156
6.6	Responsabilidade civil de terceiros .....	157
6.7	A legitimação do Ministério Público .....	159
<b>7</b>	<b>Jurisdição e Competência</b> .....	<b>161</b>
7.1	Jurisdição e repartição de competência .....	161
7.2	Juiz natural e competência absoluta: competência de jurisdição .....	163
7.3	Prerrogativa de função ( <i>ratione personae</i> ) .....	164
7.3.1	Crimes comuns e crimes de responsabilidade .....	165
7.3.2	Critério da simetria.....	166
7.3.3	Critério de regionalização.....	171
7.3.3.1	Deputados Estaduais e Prefeitos .....	171
7.3.3.2	A extensão dos foros privativos nas Constituições Estaduais.....	172
7.3.4	Prerrogativa de função e natureza do crime.....	175
7.3.5	Processo e procedimentos.....	176
7.3.5.1	Competência originária .....	176
7.3.5.2	O exercício efetivo do cargo.....	177
7.3.5.3	Foro privativo e procedimento .....	179
7.3.5.4	Prerrogativa de função, concurso de agentes e concurso de crimes .....	180
7.4	Imunidades materiais e imunidades formais ou processuais .....	184
7.5	Competência em razão da matéria ( <i>ratione materiae</i> ) .....	186
7.5.1	Competência da Justiça Federal .....	187
7.5.1.1	A casuística constitucional .....	195

7.6	Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.....	204
7.7	A competência territorial .....	206
7.7.1	Competência relativa e competência absoluta .....	207
7.7.2	Crêterios de determinação da competência infraconstitucional ...	208
7.7.2.1	O lugar .....	208
7.7.2.2	A natureza da infração .....	210
7.7.2.3	O domicílio ou residência do réu.....	212
7.7.2.4	A prevenção.....	212
7.7.2.5	A distribuição.....	214
7.8	Modificação de competência e <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	215
7.8.1	Desclassificação .....	219
7.8.2	Conexão.....	222
7.8.3	Continência.....	224
7.8.4	Unidade de processo e de julgamento.....	224
7.8.5	Eleição do juízo prevalente .....	225
7.8.6	Separação de processos conexos e/ou continentes .....	229
7.8.7	Prorrogação de competência .....	229
<b>8</b>	<b>Das Questões e Processos Incidentes</b> .....	<b>231</b>
8.1	Das questões prejudiciais.....	231
8.2	Dos processos incidentes.....	233
8.2.1	Das exceções .....	233
8.2.1.1	Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade .....	235
8.2.1.2	Exceção de incompetência .....	237
8.2.1.3	Demais exceções.....	239
8.3	Do conflito de jurisdição .....	240
8.4	Da restituição de coisas apreendidas.....	246
8.5	Das medidas assecuratórias.....	247
8.5.1	Sequestro .....	248
8.5.2	Especialização de hipoteca.....	251
8.5.3	Arresto .....	252
8.5.4	Medidas assecuratórias previstas na lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12).....	253
8.5.5	Da alienação antecipada de bens arrestados, hipotecados ou objeto de sequestro – Lei nº 12.694/12 .....	253
8.6	Do incidente de falsidade .....	254
8.7	Da insanidade mental do acusado.....	255
<b>9</b>	<b>Da Prova</b> .....	<b>257</b>
9.1	Teoria da prova .....	257
9.1.1	O mito e o dogma da verdade real.....	261
9.1.2	A distribuição do ônus da prova e a iniciativa probatória do juiz ....	262
9.1.3	O livre convencimento motivado e a íntima convicção.....	266
9.1.3.1	A prova tarifada ou sistema das provas legais.....	266
9.1.3.2	O livre convencimento motivado: persuasão racional...	267
9.1.3.3	Hierarquia e especificidade de provas.....	267

9.1.4	Direito e restrições à prova .....	269
9.1.4.1	A inadmissibilidade das provas ilícitas .....	270
9.1.4.2	A teoria dos frutos da árvore envenenada .....	284
9.1.4.3	A teoria do encontro fortuito de provas .....	286
9.1.4.4	A prova ilegítima: a prova emprestada .....	288
9.1.4.5	O aproveitamento da prova com exclusão da ilicitude ..	289
9.1.4.6	O aproveitamento da prova ilícita: proporcionalidade, proibição de excesso (vedação de proteção deficiente?) .....	292
9.2	Meios de prova .....	296
9.2.1	Do interrogatório .....	296
9.2.1.1	Direito ao silêncio e não autoincriminação .....	299
9.2.1.2	Intervenções corporais .....	303
9.2.1.3	Procedimento .....	315
9.2.2	Da confissão .....	323
9.2.3	Da prova testemunhal .....	324
9.2.3.1	Capacidade para testemunhar .....	325
9.2.3.2	O compromisso de dizer a verdade .....	325
9.2.3.3	Dispensa do dever de depor .....	326
9.2.3.4	Proibição do testemunho .....	327
9.2.3.5	Testemunhas, declarantes, informantes e outros .....	328
9.2.3.6	Regras procedimentais gerais .....	330
9.2.3.7	Proteção à testemunha: Lei nº 9.807/99 .....	333
9.2.4	Da prova pericial .....	335
9.2.4.1	A cadeia de custódia .....	337
9.2.4.2	O exame de corpo de delito .....	340
9.2.4.3	Outras perícias .....	341
9.2.4.4	Prova pericial e contraditório .....	342
9.2.5	Das perguntas ao ofendido .....	343
9.2.6	Do reconhecimento de pessoas e coisas .....	344
9.2.7	Da acareação .....	345
9.2.8	Dos documentos .....	346
9.2.9	Dos indícios .....	347
9.2.10	Da busca e apreensão .....	348
<b>10</b>	<b>Sujeitos do Processo .....</b>	<b>351</b>
10.1	Partes e relação processual .....	351
10.1.1	Parte (no sentido) formal e parte (no sentido) material .....	354
10.2	Do juiz .....	355
10.2.1	Imparcialidade .....	355
10.2.2	Poderes gerais e iniciativa probatória .....	359
10.2.3	Juiz natural .....	361
10.2.4	Princípio da identidade física do juiz .....	361
10.3	Do Ministério Público .....	361
10.3.1	A imparcialidade .....	362
10.3.2	Suspeição, impedimento e incompatibilidade: consequências ....	364

10.3.3	O promotor natural.....	365
10.3.4	Atividades investigatórias .....	371
10.4	Do acusado .....	372
10.5	Do defensor .....	374
10.6	Da assistência .....	379
10.6.1	Legitimação.....	379
10.6.2	O assistente como <i>custos legis</i> .....	380
10.6.3	Faculdades processuais.....	381
10.6.4	Recurso de sentença penal condenatória.....	383
10.6.5	Procedimento .....	384
10.7	Peritos, intérpretes e funcionários da justiça .....	384
10.8	Ofendido? .....	386
<b>11</b>	<b>Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória .....</b>	<b>387</b>
11.1	As regras das prisões e da liberdade provisória: as medidas cautelares pessoais .....	387
11.2	As determinações constitucionais da não culpabilidade.....	389
11.3	Princípio fundamental das medidas cautelares: o postulado da proporcionalidade.....	393
11.4	As medidas cautelares, diversas das prisões.....	398
11.4.1	Regras gerais da aplicação .....	406
11.4.1.1	Poder geral de cautela? .....	409
11.4.1.2	A fiança e seu cabimento .....	409
11.4.2	Procedimento das cautelares .....	410
11.5	A prisão em flagrante .....	417
11.5.1	Considerações gerais.....	417
11.5.2	Flagrante esperado e flagrante preparado (provocado) .....	419
11.5.3	Flagrante diferido (controlado).....	422
11.5.4	Missões/funções da prisão em flagrante .....	423
11.5.5	Prisão em flagrante e situações especiais .....	424
11.5.6	Audiência de custódia .....	428
11.6	Prisão temporária .....	431
11.6.1	Prisão temporária e o art. 313, I, CPP .....	434
11.7	Prisão preventiva .....	434
11.7.1	Requisitos fáticos: situações legais de risco à persecução penal ..	439
11.7.2	Requisitos normativos: definição dos crimes passíveis de decretação de prisão preventiva.....	444
11.7.2.1	Exceções ao teto do art. 313, I, CPP .....	445
11.7.3	Prazo: a construção jurisprudencial .....	447
11.7.4	Prisão preventiva <i>ex officio</i> .....	450
11.7.5	Vedação legal à prisão preventiva .....	452
11.8	Prisão domiciliar.....	453
11.9	O ato prisional: generalidades.....	455
11.10	Prisão especial.....	459
11.10.1	O Parlamento e as cautelares pessoais no processo penal .....	461
11.11	Prisão para extradição e prisão civil.....	465

11.12	A liberdade provisória com e sem fiança .....	465
11.12.1	Relaxamento da prisão .....	470
11.12.2	Liberdade provisória com fiança.....	471
11.12.2.1	Cautelares de ofício e sistema acusatório .....	473
11.12.2.2	Procedimento da fiança .....	476
11.12.3	A restituição da liberdade do art. 283, § 1º, do CPP.....	480
11.12.4	A inafiançabilidade constitucional e a vedação <i>ex lege</i> à liberdade .....	481
11.12.5	Execução provisória.....	484
<b>12</b>	<b>Das Citações e Intimações.....</b>	<b>485</b>
12.1	Das citações .....	485
12.1.1	Espécies de citação .....	486
12.1.2	Citação do réu preso .....	492
12.1.3	Citação do incapaz .....	493
12.1.4	Revelia e suspensão do processo e do prazo prescricional .....	493
12.2	Das intimações.....	497
<b>13</b>	<b>Dos Atos Processuais e dos Atos Judiciais .....</b>	<b>501</b>
13.1	Dos atos processuais.....	501
13.1.1	Dos prazos processuais.....	503
13.2	Dos atos judiciais .....	506
13.2.1	Decisões interlocutórias .....	507
13.2.2	Decisões com força de definitivas .....	510
13.2.3	Sentenças .....	511
13.2.3.1	A correlação entre sentença e pedido .....	513
13.2.3.2	<i>Emendatio libelli</i> .....	514
13.2.3.3	<i>Mutatio libelli</i> .....	518
13.2.3.4	Motivação e dispositivo das sentenças.....	524
13.2.3.5	Intimação da sentença.....	530
13.2.4	Coisa julgada em matéria penal .....	531
<b>14</b>	<b>Dos Procedimentos .....</b>	<b>539</b>
14.1	Processo e procedimento.....	539
14.2	Procedimento comum .....	541
14.2.1	Procedimento ordinário .....	543
14.2.2	Procedimento sumário .....	555
14.3	Da suspensão do processo.....	557
14.3.1	Suspensão do processo: direito ou discricionariedade? .....	563
14.3.2	Revogação e cumprimento da suspensão .....	565
14.3.3	Ação privada .....	567
14.3.4	Cabimento: concurso de crimes, tentativa, causa de aumento e de diminuição .....	568
14.4	Do procedimento do Tribunal do Júri.....	569
14.4.1	Anotações introdutórias.....	569
14.4.2	Da acusação e da instrução preliminar .....	570
14.4.2.1	Absolvição sumária.....	573

	14.4.2.2	Desclassificação.....	575
	14.4.2.3	Impronúncia .....	577
	14.4.2.4	Pronúncia.....	579
14.4.3		Da fase de julgamento .....	582
	14.4.3.1	Da preparação do processo para julgamento em plenário.....	582
	14.4.3.2	Do desaforamento.....	583
	14.4.3.3	Jurados: recusas, imparcialidade.....	584
	14.4.3.4	Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri.....	586
	14.4.3.5	Da quesitação.....	587
	14.4.3.6	Da instrução em plenário .....	590
14.5		Dos Juizados Especiais Criminais .....	595
	14.5.1	Considerações gerais.....	595
	14.5.2	Infrações de menor potencial ofensivo .....	597
	14.5.3	A transação penal: direito subjetivo ou discricionariedade?.....	600
	14.5.4	Competência e atos processuais .....	602
	14.5.5	O rito nos Juizados Criminais .....	604
14.6		Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei nº 11.340/06 .....	614
	14.6.1	Considerações gerais.....	614
	14.6.2	Competência cível e criminal: limitações constitucionais.....	616
	14.6.3	Procedimentos e medidas cautelares .....	618
	14.6.4	Medidas protetivas de urgência.....	621
14.7		Processo e procedimentos especiais.....	623
	14.7.1	Dos processos de competência originária.....	623
	14.7.2	Crimes contra a honra.....	627
	14.7.3	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos.....	628
	14.7.4	Crimes de tráfico de drogas .....	631
	14.7.5	Processo penal eleitoral.....	649
	14.7.6	Crimes falimentares.....	653
	14.7.7	Colegiados de primeiro grau e organizações criminosas na Lei nº 12.694/12.....	656
	14.7.8	A Lei de Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13.....	660
	14.7.9	Crimes de lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12) .....	706
	14.7.10	Lei do Tráfico de Pessoas.....	712
	14.7.11	Lei nº 13.285/16.....	713
	14.7.12	Da infiltração policial na internet .....	713
14.8		Procedimentos e conexão e/ou continência.....	714
<b>15</b>		<b>Das Nulidades.....</b>	<b>717</b>
	15.1	Atos inexistentes .....	718
	15.2	Nulidades e ilicitudes na investigação .....	719
	15.3	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	722
	15.4	Nulidades: efeito devolutivo dos recursos e vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	725
	15.5	A regra do interesse nas nulidades.....	728



15.6	A instrumentalidade das formas .....	729
15.7	Causalidade: derivação das nulidades.....	730
15.7.1	Nulidade e incompetência absoluta.....	733
15.8	Convalidação.....	736
15.9	A casuística do Código de Processo Penal .....	737
<b>16</b>	<b>Dos Recursos .....</b>	<b>743</b>
16.1	Teoria dos recursos.....	743
16.1.1	Princípios .....	746
16.1.1.1	O duplo grau.....	746
16.1.1.2	A voluntariedade dos recursos .....	747
16.1.1.3	A unirrecorribilidade.....	750
16.1.1.4	A fungibilidade dos recursos .....	751
16.1.1.5	A vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	751
16.1.2	Regras: complementaridade, complementaridade e outras .....	753
16.1.3	Disponibilidade .....	754
16.1.4	Efeitos dos recursos .....	755
16.1.4.1	Efeito suspensivo .....	755
16.1.4.2	Efeito devolutivo.....	756
16.1.4.3	Efeito extensivo e iterativo.....	757
16.1.5	Classificações dos recursos .....	757
16.1.6	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	758
16.1.6.1	Requisitos objetivos.....	760
16.1.6.2	Requisitos subjetivos.....	763
16.2	Da apelação .....	767
16.2.1	Cabimento.....	768
16.2.2	Efeitos .....	770
16.2.3	Procedimento .....	773
16.3	Do recurso em sentido estrito.....	778
16.3.1	Cabimento.....	779
16.3.2	Procedimento .....	783
16.3.3	Efeitos .....	783
16.4	Embargos infringentes ou de nulidade .....	784
16.5	Embargos declaratórios .....	787
16.6	Embargos de divergência.....	789
16.7	Carta testemunhável.....	790
16.8	Agravo de execução.....	790
16.9	Correição parcial .....	791
16.10	Recurso ordinário, extraordinário e especial.....	792
16.10.1	Recurso ordinário .....	793
16.10.2	Recurso especial .....	795
16.10.3	Recurso extraordinário.....	800
16.11	Ações autônomas.....	804
16.11.1	Mandado de segurança.....	804
16.11.2	Ação de revisão criminal.....	806
16.11.3	<i>Habeas corpus</i> .....	813

<b>17</b>	<b>Relações Internacionais com Autoridade Estrangeira</b> .....	831
17.1	Cartas rogatórias.....	832
17.2	Homologação das sentenças estrangeiras.....	834
	<b>Referências</b> .....	837
	<b>Índice remissivo</b> .....	845